

SUMÁRIO

Prefácio Professor Paulo de Barros Carvalho	XV
Introdução	1

PRIMEIRA PARTE **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Capítulo I – Questão terminológica. A equivocidade da expressão fato gerador. Solução proposta para superá-la	7
Capítulo II – A norma jurídica tributária.....	13
Capítulo III – A incidência da norma jurídica tributária ...	27
Capítulo IV – A hipótese de incidência tributária	35
1. Generalidades. A supremacia da Constituição Federal e de seus grandes princípios. A competência tributária e a definição de hipótese de incidência	35
2. A função da lei complementar prevista no art. 146, da Constituição Federal	56
3. Os aspectos da <i>hipótese de incidência tributária</i>	62
3.1. Aspecto material	62
3.2. Aspecto espacial	70

3.3. Aspecto temporal	74
3.4. Observação necessária	84
4. O caráter unitário do <i>fato impositivo tributário</i>	85
Capítulo V – Impostos e hipóteses de incidência confrontantes. Impossibilidade jurídica de conflitos de competência tributária	89
1. Considerações gerais	89
2. Da impossibilidade jurídica de conflitos de competência entre o <i>ICMS</i> e o <i>ISS</i>	91
2.1. O perfil constitucional do <i>ICMS</i>	91
2.2. A base de cálculo possível do <i>ICMS</i> -operações <i>mercantis</i>	102
2.3. Epítome	103
3. O perfil constitucional do <i>ISS</i>	104
3.1. Os “serviços definidos em lei complementar”	118
3.2. Das “atividades-meio”, necessárias à prestação dos serviços de qualquer natureza. Sua intributabilidade por meio de <i>ICMS</i>	121
3.3. A base de cálculo possível do <i>ISS</i>	124
3.4. Da impossibilidade jurídica de conflitos entre o <i>ISS</i> e o <i>ICMS</i>	126
4. O perfil constitucional do <i>IPI</i>	140
4.1. Noções gerais	140
4.2. Conceito de produto industrializado, para fins de tributação por meio de <i>IPI</i>	144
4.3. Da impossibilidade jurídica de conflitos entre o <i>ISS</i> e o <i>IPI</i>	147
5. Da impossibilidade jurídica de conflitos entre o <i>IPTU</i> e o <i>ITR</i>	150

REFLEXÕES SOBRE A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

6. Da impossibilidade jurídica de conflitos entre o <i>ITCMD</i> e o <i>ITBI</i>	151
7. Da impossibilidade jurídica de conflitos entre o <i>IOF</i> e o <i>ISS</i>	153
Capítulo VI – O consequente da norma jurídica tributária. Os aspectos pessoal (ativo e passivo) e quantitativo (base de cálculo e alíquota) da norma jurídica tributária	155
Conclusão da primeira parte	179

SEGUNDA PARTE

ANÁLISE DOS ARTS. 114 A 118 DO CTN

Capítulo I – O art. 114, do CTN (fato gerador da obrigação tributária principal) e suas implicações jurídicas	183
1. Considerações propedêuticas	183
2. O <i>princípio do não-confisco</i> . Sua extensão às multas fiscais	198
Capítulo II – O art. 115, do CTN (fato gerador da obrigação tributária acessória) e suas implicações jurídicas.....	209
1. Introdução	209
2. O <i>princípio da proporcionalidade</i>	220
3. O <i>princípio da eficiência</i>	223
Capítulo III – O art. 116, do CTN (situação de fato e situação jurídica).....	227
1. Introdução	227
2. O <i>fato gerador futuro</i> . Sua injuridicidade	233

3. O parágrafo único do art. 116, do <i>CTN</i>	241
Capítulo IV – O art. 117, do <i>CTN</i> (condição suspensiva e condição resolutiva)	257
Capítulo V – O art. 118, do <i>CTN</i> (a tributação dos atos ilícitos).....	261
1. Introdução	261
2. O art. 118, do <i>CTN</i> e o interesse público	270
Conclusão da segunda parte	275

TERCEIRA PARTE

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

Capítulo I – Da formalização do crédito tributário pelo lançamento	279
Capítulo II – Do auto de infração <i>lato sensu</i>	295
1. Introdução	295
2. O direito constitucional à ampla defesa, com seus consectários: o contraditório e o devido processo legal	299
3. Da necessidade de <i>motivação</i> do auto de infração	303
3.1. Das provas	311
3.1.1. Da pouca importância da “ <i>confissão</i> ”, em matéria fiscal	312
3.2. Das presunções	319
3.3. Das ficções	324
3.4. Dos indícios	326
3.5. Síntese conclusiva	328
4. Considerações adicionais	333

REFLEXÕES SOBRE A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Capítulo III – Da decadência e da prescrição tributárias....	337
1. Observações gerais	337
2. O papel da lei complementar veiculadora de normas gerais em matéria de legislação tributária, no que se refere à decadência e à prescrição tributárias	342
3. Da decadência tributária	344
4. Da prescrição tributária	347
Capítulo IV – Da razoável duração do processo. Questões conexas.....	353
1. Introdução	353
2. Da preempção	364
3. Da prescrição intercorrente	366
4. Desdobramentos necessários	369
Conclusão da terceira parte	373
Posfácio	379
Referências bibliográficas	381